



Apresentação

Construindo democracia na educação: experiências afro-ibero-americanas de gestão participativa

Rafael Ferreira de Souza Honorato¹
Universidade Estadual da Paraíba, Brasil

Allan Rodrigues²
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Dionísio Tumbo³
Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

A gestão democrática da educação pública tem ocupado, historicamente, um lugar central nas disputas em torno da escola, da participação social e da própria democracia. Entretanto, em um cenário atravessado pela intensificação das racionalidades neoliberais, pela expansão de modelos gerenciais e pela crescente captura da educação por lógicas performativas e empresariais, aquilo que durante décadas foi defendido como princípio estruturante da escola pública passa novamente a constituir um campo profundamente tensionado. Não apenas porque as políticas contemporâneas vêm reconfigurando os modos de organizar e governar a escola, mas também porque as próprias noções de democracia, participação, autonomia e gestão passaram a ser disputadas por diferentes projetos políticos, pedagógicos e societários.

¹ Doutor em Educação. Universidade Estadual da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>. E-mail: rafaelhonorato@servidor.uepb.edu.br.

² Doutor em Educação. Universidade Federal do Maranhão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0233-7697>. E-mail: allanocr@id.uff.br.

³ Doutorado em Ciências da Educação. Universidade Pedagógica de Maputo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8709-9952>. E-mail: detumbo78@gmail.com.



Se, por um lado, a gestão democrática emergiu associada às lutas pela descentralização do poder, pela ampliação da participação coletiva e pela construção compartilhada dos processos educativos, por outro, as reformas educacionais contemporâneas vêm produzindo deslocamentos importantes nos sentidos atribuídos à democracia no campo da educação. Em muitos contextos, discursos democráticos passam a coexistir com mecanismos de responsabilização, monitoramento, padronização curricular e controle performativo, produzindo formas híbridas de governança escolar nas quais participação, autonomia e eficiência são constantemente rearticuladas sob racionalidades técnico-gerenciais.

Nesse movimento, a democracia deixa de operar como categoria estabilizada e consensual para constituir-se como território de disputas. Diferentes projetos buscam hegemonizar aquilo que deve ser compreendido como participação, qualidade, liderança, gestão e autonomia escolar. Ao mesmo tempo, experiências produzidas nos cotidianos das escolas frequentemente escapam às tentativas de normatização e controle, criando fissuras, deslocamentos e formas outras de produzir políticas educacionais.

É precisamente nesse horizonte que se insere o presente dossiê. Mais do que reunir estudos sobre gestão escolar, os textos aqui publicados buscam tensionar os modos pelos quais a gestão democrática vem sendo significada, disputada e produzida em diferentes contextos afro-latino-americanos. Partimos da compreensão de que as escolas não se limitam a executar políticas concebidas externamente, mas constituem espaços dinâmicos de produção política, nos quais diretrizes oficiais são reinterpretadas, traduzidas, negociadas e frequentemente reconfiguradas a partir das contingências do cotidiano, das relações comunitárias, das experiências históricas e das condições concretas de existência.

Nessa perspectiva, a gestão democrática não é compreendida como aplicação linear de modelos administrativos ou como simples operacionalização de mecanismos participativos formalmente instituídos. Ao contrário, ela emerge como prática situada, atravessada por conflitos, antagonismos, ambiguidades e processos contínuos de negociação. Trata-se de reconhecer que as experiências de gestão produzidas em contextos afro-latino-americanos carregam marcas históricas, culturais, sociais e políticas específicas, muitas vezes invisibilizadas por referenciais universalizantes de administração educacional.

Ao enfatizar experiências afro-latino-americanas de gestão participativa, este dossiê desloca o olhar para práticas produzidas em contextos historicamente permeados pela colonialidade, pelas desigualdades estruturais e pelas disputas em torno da democratização da escola pública. Nesse cenário, a gestão democrática assume não apenas uma dimensão administrativa, mas também ética, política e epistemológica, na medida em que envolve disputas sobre quem pode participar das decisões, quais conhecimentos são legitimados, quais sujeitos podem ocupar os espaços de fala e quais projetos de escola passam a ser reconhecidos como possíveis.

Os textos reunidos evidenciam que as políticas de gestão educacional não se produzem exclusivamente nos marcos normativos do Estado, tampouco se esgotam nos discursos oficiais sobre participação e democracia. Elas se constituem também nas relações cotidianas entre gestores, professores, estudantes, comunidades e demais sujeitos escolares, em movimentos permanentes de tradução, negociação, resistência e criação. Assim, os estudos aqui apresentados revelam que a gestão democrática ultrapassa os limites da racionalidade administrativa para inscrever-se como campo de produção de sentidos sobre educação, justiça social, diferença, participação e democracia.

Ao longo do dossiê, os leitores encontrarão pesquisas produzidas em diferentes contextos nacionais e internacionais – Brasil, Portugal e Moçambique – que abordam desde experiências de gestão participativa e colegialidade até os efeitos do gerencialismo, das políticas de responsabilização e da profissionalização da função diretiva. Os artigos também problematizam as relações entre gestão, currículo, formação docente, trabalho docente e educação antirracista, evidenciando que as disputas em torno da gestão democrática perpassam por múltiplas dimensões da vida escolar contemporânea.

Abrindo o dossiê, o artigo “Gestão participativa, cooperação e desenvolvimento moral: fundamentos teóricos e articulações contemporâneas”, de **Marisandra Goreti Mendes, Rosane Aragón e Gladis Falavigna**, apresenta uma importante discussão teórica sobre gestão democrática, participação, cooperação e formação ética no contexto da escola pública contemporânea. Dialogando com autores como Paulo Freire, Jean Piaget, José Carlos Libâneo, Heloísa Lück e Vitor Henrique Paro, as autoras problematizam os limites entre o ideal normativo da gestão democrática e sua

materialização nos cotidianos escolares. O texto evidencia que a democratização da escola não se efetiva apenas pela formalização de mecanismos participativos, mas também exige transformações mais profundas nas relações institucionais e nas formas de produção da participação coletiva.

Na sequência, o artigo “A gestão democrática em disputa na atuação da Tecnologia de Gestão Educacional: articulações contingentes da democracia”, de **Liliane Alves Chagas, Rafael Ferreira de Souza Honorato, Ana Cláudia da Silva Rodrigues e Jose Maria García Garduño**, desloca o debate da gestão democrática para uma perspectiva pós-fundacional e discursiva. Articulando a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe com a Teoria da Atuação de Ball, Maguire e Braun, o estudo analisa os modos pelos quais a Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) é interpretada e colocada em ação em uma Escola Cidadã Integral da Paraíba. O artigo demonstra que os sentidos da democracia não estão dados previamente, mas são permanentemente disputados e rearticulados nas práticas escolares, revelando a gestão democrática como articulação contingente e sempre incompleta.

O dossiê amplia sua dimensão internacional com o artigo “Arquiteturas de democracia escolar em contextos periféricos: gestão participativa e transformação educacional no distrito de Limpopo em Gaza, Moçambique”, de **Dionísio Luís Tumbo**. O estudo analisa as práticas de gestão participativa em escolas moçambicanas, discutindo os efeitos das políticas de descentralização e fortalecimento da governação escolar naquele contexto. Ao examinar os mecanismos formais e informais de participação em uma escola localizada no distrito de Limpopo, o autor evidencia as potencialidades e os limites das arquiteturas participativas em contextos marcados por desigualdades institucionais e fragilidades estruturais.

Ainda no contexto moçambicano, o artigo “A participação do Conselho de Escola na gestão escolar: estudo de caso em uma das escolas básicas de Moçambique”, de **Almeida Meque Gomundanhe, Sandra Inês Alberto Carlos Rosário e Óscar Rosário Jorge Daniel**, aprofunda o debate sobre participação e colegialidade ao investigar o funcionamento dos Conselhos de Escola. Os autores demonstram que a simples existência de dispositivos participativos não garante processos efetivamente democráticos, especialmente quando persistem práticas excludentes, desequilíbrios na representatividade e limitações na participação dos diferentes segmentos escolares.

O debate sobre colegialidade e participação retorna ao contexto brasileiro com o artigo “Conselhos Municipais de Educação e gestão democrática: um estudo em dois municípios mato-grossenses”, de **Allan Rodrigues e Viviane Pereira**. A pesquisa analisa os Conselhos Municipais de Educação como instâncias fundamentais para a efetivação da gestão democrática, problematizando os limites e as potencialidades desses espaços no fortalecimento do controle social e da participação cidadã. Ao comparar dois municípios de Mato Grosso, o estudo evidencia diferenças significativas nas formas de organização dos colegiados, nos processos de participação e nos níveis de autonomia institucional.

Na continuidade do dossiê, a discussão desloca-se para a relação entre gestão, formação docente e currículo democrático. O artigo “A gestão da formação contínua de professores/as em Portugal e sua relação com um currículo justo e democrático”, de **Carlinda Leite, Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida e Tamires Barros Veloso**, problematiza os efeitos da formação contínua de professores em Portugal na produção curricular docente. As autoras analisam os Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE) e demonstram como a formação contínua opera de forma ambivalente, simultaneamente como possibilidade de abertura democrática e como mecanismo de regulação das práticas docentes.

Também situado no contexto português, o artigo “Modelo de gestão da educação pública básica em Portugal: fundamentação democrática e participativa, mas também debilidades e críticas”, de **Guilherme Rego da Silva**, apresenta uma análise histórica e documental do modelo contemporâneo de organização e gestão da educação pública em Portugal. O texto evidencia as tensões entre os fundamentos democráticos do modelo e as fragilidades produzidas por sobreposições administrativas, limitações da autonomia escolar e centralização decisória.

A relação entre gestão educacional e trabalho docente é aprofundada no artigo “A gestão educacional e suas implicações no trabalho docente em escolas públicas localizadas na América Latina: um retrato a partir de teses e dissertações”, de **Adriana Regina de Jesus Santos, Luiz Gustavo Tiroli e Rosana de Sousa Pereira Lopes**. A partir de uma revisão sistemática de teses e dissertações produzidas entre 2015 e 2024, os autores analisam como modelos de gestão educacional atravessados por racionalidades neoliberais vêm impactando o trabalho docente na América Latina. O estudo evidencia processos de intensificação do controle, redução da autonomia

docente e fortalecimento de lógicas performativas, mas também identifica experiências que apostam em práticas colaborativas e democráticas.

O eixo seguinte do dossiê concentra-se nas disputas em torno da seleção de diretores escolares, da profissionalização da gestão e das formas contemporâneas de regulação da escola pública. Em “Seleção de diretores escolares e gestão democrática no estado do Rio de Janeiro: (in) tensidades”, **Diones Bernardes dos Santos Motta** analisa as regulamentações municipais relativas à escolha de diretores escolares em municípios fluminenses. Mobilizando a Tipologia da Gestão Democrática, o estudo demonstra que, embora existam normativas voltadas à democratização da gestão, persistem intensidades democráticas frágeis e mecanismos que limitam a participação efetiva da comunidade escolar.

Na sequência, o artigo “Banco de gestores escolares e profissionalização da seleção de diretores em estados brasileiros”, de **Daniela Patti do Amaral e Marcela Moraes de Castro**, analisa os bancos de gestores escolares implementados em estados brasileiros como Ceará, Pará e Paraíba. As autoras evidenciam que esses dispositivos articulam mecanismos de certificação técnica, critérios meritocráticos e margens de discricionariedade política, produzindo formas híbridas de profissionalização e controle da gestão escolar.

A crítica às racionalidades gerenciais se intensifica no artigo “Ingerência estatal no processo de gestão democrática da rede pública paraense”, de **Cassio Vale e Maria do Socorro Vasconcelos Pereira**. O texto problematiza as transformações recentes nas políticas de gestão da rede estadual do Pará, demonstrando como dispositivos legais e administrativos vêm produzindo formas de regulação alinhadas a princípios de mercado, performatividade e responsabilização.

Em diálogo direto com essa discussão, o artigo “Cultura e manifestações da gestão escolar democrática na escola pública: desafios do novo gerencialismo”, de **Débora Quetti Marques de Souza**, analisa os efeitos do novo gerencialismo nas práticas e culturas escolares de uma escola pública pernambucana. O estudo evidencia como discursos de participação e autonomia convivem com práticas de monitoramento, padronização e controle, produzindo tensões permanentes entre democracia e racionalidade técnica.

Na mesma direção crítica, o artigo “Programa Educar Pra Valer e a reconfiguração da gestão educacional pública: implicações para a gestão escolar e o

trabalho docente em Sousa-PB”, de **Hellyegenes de Oliveira, Karine Vichielt Morgan e Bruna Sobroza da Silva**, examina os efeitos da atuação de fundações privadas e programas de assessoramento técnico na gestão educacional pública. Ao analisarem a implementação do Programa Educar Pra Valer em Sousa-PB, os autores evidenciam como modelos orientados por resultados reconfiguram o trabalho docente, reduzem espaços de participação e tensionam os princípios da gestão democrática.

Em sequência, o artigo “A gestão escolar e o enfrentamento do cotidiano com ações antirracistas”, de **Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino, Gustavo José Albino de Sousa e Natália Gonçalves da Rocha**, recoloca a gestão democrática em diálogo com as disputas ético-políticas contemporâneas em torno da justiça racial. Ao investigar o papel da gestão escolar na consolidação de práticas antirracistas, o estudo evidencia que a democratização da escola não pode ser pensada de forma dissociada do enfrentamento das desigualdades raciais e da construção de projetos educativos comprometidos com a transformação social.

Encerrando o dossiê, o artigo “Clubes de Ciências e democracia: uma análise de redes sobre a democratização do conhecimento escolar”, de **Chamis Nédia Abdul Khalek, Gilson Valério Vicente e José Vicente Lima Robaina**, analisa uma experiência interdisciplinar desenvolvida em um Clube de Ciências, articulando sustentabilidade ambiental, economia ecológica e gestão democrática. A partir da dinâmica denominada Teia da Vida, os autores evidenciam como práticas pedagógicas participativas podem favorecer o protagonismo estudantil, a construção coletiva do conhecimento e a compreensão das interdependências entre natureza, sociedade e economia. Ao deslocar a discussão da gestão democrática para os processos cotidianos de produção do conhecimento escolar, o estudo reafirma a democracia não apenas como princípio de organização da escola, mas também como condição para a constituição de experiências formativas comprometidas com a participação, a responsabilidade coletiva e a formação de sujeitos capazes de intervir criticamente nos desafios socioambientais contemporâneos.

Os artigos reunidos neste dossiê revelam que a gestão democrática permanece como um significativo disputado no campo educacional contemporâneo. Longe de representar um consenso estabilizado, ela continua sendo atravessada por antagonismos que envolvem projetos distintos de escola pública, participação, currículo, formação docente e democracia. Ao colocar em diálogo pesquisas

produzidas em diferentes contextos nacionais e internacionais, o dossiê reafirma a necessidade de compreender a gestão educacional como campo político permanentemente tensionado por disputas em torno da produção dos sentidos da educação pública.

Esperamos que os textos aqui reunidos contribuam para fortalecer os debates sobre gestão democrática, ampliando as possibilidades de reflexão crítica acerca das políticas educacionais contemporâneas e das formas pelas quais elas permeiam os cotidianos escolares, os processos formativos e os modos de produzir a escola pública. Mais do que apresentarem respostas definitivas, os artigos deste dossiê convidam o leitor a habitar as tensões, ambiguidades e disputas que constituem a gestão educacional na contemporaneidade.